

Camisa de força

BRUNO FEDER

24 SET 1994

"Na hora de garantir efetivamente recursos para a educação a maioria dos homens públicos tergiversa", diz o vereador paulistano Arnaldo Madeira (PSDB) em artigo publicado no **Jornal da Tarde** (29/8). De fato, se levarmos em conta que o dinheiro do Fundo Social de Emergência, iniciativa do ex-ministro da Fazenda e presidenciável tucano Fernando Henrique Cardoso, foi desviado precisamente de áreas como educação e saúde para tapar rombos do governo federal, não se pode negar certa dose de razão ao vereador.

Mas nem todos os gatos são pardos, nem todos os governos são iguais. Tergiversa, e o que é pior, torce os fatos o vereador quando tenta enquadrar a administração do prefeito Paulo Maluf neste seu figurino demagógico. Proporcionalmente, nenhum governo neste país — federal, estadual ou municipal — reserva tantos recursos à educação, em especial ao ensino fundamental, como faz a Prefeitura de São Paulo. No primeiro semestre deste ano, exatamente 31,04% da receita resultante de impostos foram destinados ao setor.

Nessas verbas não estão incluídas, ao contrário do insinuado por Madeira, gastos com alimentação, transporte, assistência médico-hospitalar e obras de infra-estrutura urbana. Dividem-se exclusivamente em rubricas como educação de 0 a 6 anos, ensino fundamental, ensino médio, cultura, educação especial, assistência, previdência, programa de formação do patrimônio do servidor público e administração. Comandada pelo educador e vice-prefeito Sólton Borges dos Reis, a Secretaria Municipal de Educação recentemente reestruturou cargos e

salários de professores municipais. O prefeito Paulo Maluf inaugurou, há poucos dias, o primeiro laboratório de informática em uma escola de primeiro grau, iniciativa que será gradativamente estendida a toda a rede, com a perspectiva de igualar e superar a qualidade do ensino na rede privada.

Descontadas, portanto, as inverdades, o que sobra das afirmações do vereador Arnaldo Madeira é seu preconceito contra o prefeito Paulo Maluf e seu esforço para criar impasses entre Executivo e Legislativo municipal, tática da qual espera retirar dividendos, por sua repercus-

com responsabilidade a maior cidade brasileira e o terceiro orçamento da República, o prefeito de São Paulo não pode ser refém de corporativismos. Um vereador pode omitir-se diante do fato de que a população da cidade cresce 1,2% ao ano, enquanto a frota de veículos, um 1/4 de toda a frota nacional (3,8 milhões de veículos, dos quais 79% automóveis), cresce 7% ao ano, incorporando diariamente 1.100 autos. O prefeito de São Paulo mergulharia a cidade no caos e comprometeria a economia do País se ignorasse este e tantos outros problemas.

NO PRIMEIRO SEMESTRE,
A PREFEITURA DE SÃO PAULO
DESTINOU 31,04% DA RECEITA
RESULTANTE DE IMPOSTOS À EDUCAÇÃO.

são na imprensa. A população paulistana há muito já percebeu que fazer obras viárias, como o túnel sob o Parque Ibirapuera e a ampliação da avenida Faria Lima, e investir em educação, habitação e saúde, não são metas incompatíveis. A gestão passada, por exemplo, não fez uma coisa nem outra. Deixou obras inacabadas por toda a parte e fez apenas o discurso social, na base do "acredite se quiser". As eleições mostraram que muito pouca gente acreditou.

O que definitivamente incomoda os críticos de Paulo Maluf é sua capacidade de fazer ao mesmo tempo o túnel sob o rio Pinheiros e o projeto Cingapura, gerando empregos, beneficiando simultaneamente quem tem carro e quem mora na favela. Como tem que administrar

Mas o vereador Arnaldo Madeira é um homem inteligente, que sabe de tudo isso, e de muito mais. Seu propósito tem sido o de engessar a administração municipal, colocando o Executivo em uma camisa de força. No limite, por um lado, esta estratégia dividiria corporativamente o orçamento da cidade: servidores, empreiteiras, prestadores de serviço, cada qual teria previamente garantido o seu naco, transformando a Prefeitura em mero repassador do dinheiro arrecadado com os impostos. De outro lado, ele quer que decisões de caráter administrativo sejam transferidas para o Legislativo, embaralhando as fronteiras constitucionais entre os poderes.

Seu último e bem-sucedido lance nesta direção foi ter levado a Câ-

mara Municipal a aprovar lei de sua autoria obrigando que as chamadas operações interligadas — aquelas em que o particular pode construir além do permitido pelo zoneamento em troca da construção de casas populares, creches ou escolas — devem ser submetidas, uma a uma, ao Legislativo. Em outras palavras, seriam os vereadores a dizer qual prédio pode ter uma operação destas e qual não pode. O prefeito Paulo Maluf vetou a lei, a Câmara derrubou o veto e a Prefeitura recorreu à Justiça, para preservar uma prerrogativa que legal e constitucionalmente é sua.

O vereador Arnaldo Madeira, na sua obsessão em criticar o prefeito Paulo Maluf parece se esquecer do óbvio. Quem foi o escolhido para administrar a cidade e tem as responsabilidades das funções executivas do gerenciamento de São Paulo é aquele que foi o escolhido para a função por mais de 4 milhões de votos. Se o vereador Arnaldo Madeira deseja ele mesmo administrar a cidade, as claras e não criando dificuldades para o seu desenvolvimento, que tente trilhar o caminho para o qual parece não estar habilitado. Eleger-se ele mesmo, com o difícil veredicto das urnas, prefeito de São Paulo. Ou será que a sua obsessão em aparecer tem o mérito de reconhecer que suas possibilidades eleitorais não chegam a tanto?

O AUTOR

Bruno Feder
é vereador
pelo PPR
em São Paulo

